

# IDEB: O GRANDE DESAFIO E A GRANDE META

Fernanda Gomes Nascimento<sup>1</sup>

Laura Protti Netto<sup>2</sup>

Karen A. Mello dos Santos<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo promover uma discussão sobre a importância do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), suas formas de avaliação e sua real contribuição para promover uma melhora significativa na qualidade do processo educacional brasileiro.

Considerando o IDEB como uma importante ferramenta de políticas públicas que buscam o fortalecimento da educação, essa reflexão se torna ainda mais importante como forma de valorização e tomada de consciência de nossa sociedade sobre os rumos da qualidade do ensino brasileiro.

## O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

Em 2007 o Ministério da Educação lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que coincide com o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) constitui a “essência” do PDE, ou como melhor refere Soares e Xavier (2013):

O Ideb de uma escola ou de uma rede de ensino é definido como o produto de um indicador de desempenho, tomado como o nível médio da proficiência dos alunos da escola ou sistema, obtido na

1 Farmacêutica. Pós Graduada em Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional Técnica e Tecnológica (CELER FACULDADES).

2 Psicóloga. Pós Graduada em Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional Técnica e Tecnológica (CELER FACULDADES).

3 Advogada. Pós Graduada em Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional Técnica e Tecnológica (CELER FACULDADES). Mestranda em Direito Ambiental (Universidade de Caxias do Sul – UCS).

Prova Brasil, por um indicador de rendimento, definido como o valor médio das taxas de aprovação da escola ou sistema, obtido no Censo Escolar. O valor do Ideb cresce com melhores resultados do aprendizado dos alunos e cai se as taxas de aprovação também caem. Um dos motivos da grande respeitabilidade que o Ideb obteve é o fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica.

Dessa forma, a principal ação do IDEB é propor a avaliação em larga escala combinando os resultados do desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados do rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar).

Quanto aos fatores de desempenho e rendimento, importante informação nos traz Almeida, Dalben e Freitas (2013):

O fator "desempenho" está associado ao aproveitamento cognitivo dos alunos, em especial em Língua Portuguesa e Matemática, e o fator "rendimento" ao fluxo escolar, determinado a partir da taxa de aprovação medida através da razão entre o tempo necessário para conclusão da etapa de escolarização e o tempo de duração efetivamente despendido para concluí-la.

A criação do IDEB, calculado por cada estabelecimento de ensino, por rede de ensino, e em nível macro, pelo próprio país, fixou metas de desenvolvimento educacional de médio prazo para cada uma das instâncias citadas, com metas intermediárias de curto prazo para possibilitar a visualização e acompanhamento da reforma qualitativa dos sistemas educacionais.

É de se observar, contudo, que embora o IDEB apresente fatores de avaliação, peca ao não considerar os fatores socioeconômicos dos alunos avaliados, bem como o contexto em que a escola realiza seu trabalho.

Nesse sentido, bem descreve Soares (2011):

[...] o Ideb tem alta correlação com o nível socioeconômico do alunado. Assim, ao atribuir a esse indicador o status de síntese da qualidade da educação, assume-se que a escola pode superar toda a exclusão promovida pela sociedade. Há uma farta literatura que mostra que isso é impossível. Todos os alunos têm direito de aprender, e os conhecimentos e habilidades especificados para educação básica devem ser os mesmos para todos. No entanto, obter este aprendizado em escolas que atendem alunos que trazem menos de suas famílias é muito mais difícil, fato que deve ser considerado quando se usa o indicador de aprendizagem para comparar escolas e identificar sucessos.

Convém mencionar, igualmente, a ausência de consideração em relação à questão cultural dos alunos, tendo em vista que este aspecto torna-se importante fator para o desenvolvimento do conhecimento dos alunos.

O IDEB permite o monitoramento do sistema de ensino do país contribuindo para um diagnóstico e norteamo de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional ao detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência; e, monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino.

O IDEB é um instrumento que tem em sua essência a intenção de incentivar, orientar e controlar as redes de ensino a trabalharem e operarem com baixas taxas de reprovação, apontando que não existem impactos e fatores positivos nos aprendizados dos alunos com sucessivas repetências.

Nesse sentido, conforme informa o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais:

O Ideb é mais que um indicador estatístico. Ele nasceu como condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional,

como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita não apenas o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino.

As metas são exatamente isso: o caminho traçado de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE.

Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um Ideb igual a 6,0, na primeira fase do ensino fundamental.

O ponto de partida do IDEB calculado para o País, especificamente para o ensino fundamental foi de 3,8, conforme informação acima, nota muito inferior à média de países desenvolvidos, em torno de 6, que passa a ser a meta nacional a ser alcançada para o ano de 2021.

Esse número a ser atingido encerra um grande desafio, pois é o nível médio de desenvolvimento da educação básica dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano em que o Brasil completará 200 anos de sua independência, meta que pode ser considerada ousada.

Em virtude da considerável e notória desigualdade na educação brasileira, as metas a serem atingidas pelo Brasil nos próximos anos devem corresponder a muito mais que o alcance de metas quantitativas e sim, oferecer instrumentos e alternativas válidas para a busca da melhoria da educação dos cidadãos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luana Costa. DALBEN, Adilson. FREITAS, Luiz Carlos. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302013000400008&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302013000400008&lang=pt). Acesso em maio. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Consti-

tuição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em mai.2014.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em: mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Taxas de aprovação, reprovação e abandono: censo escolar da Educação Básica 2007 (nota técnica 003/2009). Brasília, DF: MEC/Inep, 2009a. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/NT\\_003\\_2009.pdf](http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/NT_003_2009.pdf). Acesso em: mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Nota metodológica sobre a compatibilização de desempenhos do Pisa com a escala do Saeb. Brasília, DF: MEC/Inep, 2009b. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/o\\_que\\_sao\\_as\\_metas/Nota\\_Tecnica\\_n3\\_compatibilizacao\\_PISA\\_SAEB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Nota_Tecnica_n3_compatibilizacao_PISA_SAEB.pdf). Acesso em: mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Portaria n. 149, de 16 de junho de 2011. Brasília, DF: MEC/Inep, 2011. Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/588340/DLFE-39105.pdf/INEP/PORTARIAPRO>

VABRASILN149DE16DEJUNHODE2011.pdf>. Acesso em: mai. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>. Acesso em mai.2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336>>. Acesso em: mai. 2014.

SOARES, José Francisco. XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos Educacionais e Estatísticos do Ideb. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302013000300013&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302013000300013&lang=pt). Acesso em mai.2014.

SOARES, J.F. IDEB na Lei? Simon's site, 13 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=2352&lang=pt-br>>. Acesso em: mai. 2014.